ERROS VERIFICADOS NO PREENCHIMENTO DE BOLETINS PARA O CURSO DE PROFESSORES EFECTIVOS

— segundo nota oficiosa do M. E. C.

Acerca do preenchimento dos boletins de candidatura ao concurso para professores efectivos, o Ministério da Educação e Cultura tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«1 — *De 24 de Fevereiro a 6 de Março decorreu o concurso para professores efectivos dos ensinos preparatório e secundário. No «aviso» de abertura chamava-se a atenção dos interessados para a leitura da legislação em vigor, ali expressamente citada, pois que a mesma condiciona o correcto preenchimento do modelo de boletim de candidatura.*

A Portaria n.º 100/77, de 1 de Março, que faz parte daquela legislação determina: «serão excluídos os candidatos cujos impressos se apresentem incorrecta ou incompletamente preenchidos».

2 — *Não obstante aquela recomendação, verifica a direcção-geral de pessoal, face à análise dos boletins, que 1654 entre 5668 candidatos a professores efectivos do ensino preparatório e 572 entre 5366 candidatos a professores efectivos do ensino secundário, preencheram errada ou incompletamente os seus boletins.*

No ensino preparatório verificam-se os seguintes erros e incorrecções: 747 candidatos não procederam à simples divisão aritmética do número de dias de serviço prestado por 365; 294 candidatos não indicaram o ano até ao qual foi prestado serviço anteriormente ao estágio pedagógico; 207 candidatos erraram os cálculos aritméticos; 75 candidatos não indicaram a sua categoria (efectivo, profissionalizado, auxiliar); 71 candidatos não transformaram em valores o número de anos de serviço prestado; 83 candidatos não indicaram a soma total da sua graduação profissional; 55 candidatos não selaram, nas condições legais, o boletim; 27 candidatos não indicaram o ano em que adquiriram a profissionalização; 17 candidatos não indicaram o grupo a que pertencem; 21 candidatos não dataram o boletim de concurso; 23 candidatos não preencheram o código ou o nome do estabelecimento onde são efectivos; 10 candidatos não indicaram a data de nascimento; 9 candidatos não indicaram o n.º do bilhete de identidade; 15 candidatos não indicaram, correctamente, a habilitação e classificação académicas.

E, no ensino secundário, 213 candidatos erraram os cálculos aritméticos; 144 candidatos não indicaram o número de código do estabelecimento em que se encontram a prestar serviço; 91 candidatos não indicaram a classificação profissional: 89 candidatos não transformaram em valores o número de anos de serviço; 15 candidatos não indicaram o n.º de código dos estabelecimentos a que concorreram; 5 candidatos indicaram erradamente o seu grupo; 4 candidatos não assinaram os boletins; 7 candidatos não selaram, em termos legais, os boletins; 2 candidatos não indicaram o n.º do bilhete de identidade; e 2 candidatos não indicaram a data de nascimento.

3 — Entende o M. E. C. que em concursos futuros os candidatos que errada ou incompletamente preencherem os boletins deverão ser excluídos, face aos prejuízos que deles decorrem.

Pese embora a sobrecarga de trabalho que daí adviirá, considerando que a realização material do concurso decorre dentro de prazos que o permite, vai o Ministério tentar solucionar tais erros e incorrecções e convocou a Lisboa, via telegráfica, cerca de 200 candidatos que não indicaram a categoria (efectivo, profissionalizado, auxiliar); não preencheram o código ou o nome do estabelecimento em que são efectivos, não indicaram a habilitação e classificação académicas; não assinaram os boletins.

Sem tal diligência, como é óbvio, os candidatos seriam inevitavelmente eliminados.

4 — Situação idêntica à acima referida vai ser tomada relativamente aos candidatos ao concurso de professores adjuntos dos ensinos preparatório e secundário.

5 — O Ministério tem tentado e tentará por todos os meios ao seu alcance elucidar perfeitamente os candidatos a fim de que se não volte a praticar o número de erros agora verificado. Porém, chama mais uma vez a atenção dos interessados que, antes de procederem ao preenchimento dos boletins, se deverão informar directamente sobre toda a legislação por que se regem os respectivos concursos.

publicidade

Aquele almoço estragou-lhe o dia!

Azia, mal estar, ardor no estômago.
Tome duas pastilhas Rennie.
Deixe dissolver lentamente na boca,
Primeiro uma ... depois outra.
Tenha sempre no bolso duas Rennie.

Rennie - Alívio rápido!
Digestão mais fácil!

*Também em caixas de 50 e 100 pastilhas • À venda nas Farmácias.

QUINZENA GASTRONÓMICA PORTUGUESA NO LUXEMBURGO

VIANA DO CASTELO — Regressou do Luxemburgo o presidente da Comissão Municipal de Turismo de Viana do Castelo, Nuno Fernandes, que foi ali participar na montagem da primeira Quinzena Gastronómica de Portugal, em colaboração com o Centro Português de Turismo, TAP e Casino de Espinho, tendo em vista o estabelecimento de carreiras aéreas com Pedras Rubras.

As jornadas de motivos portugueses decorrem no Hotel Holiday Inn, e segundo o depoimento daquela individualidade, estão a obter assinalado êxito.

De Viana do Castelo deslocaram-se cozinheiros dos Hotéis de Santa Luzia e do Parque, para a confecção dos «menus».

A FACULDADE DE CIÊNCIAS NÃO INTERROMPERÁ A ACTIVIDADE

• Pedida a dispensa de formalidades burocráticas para a construção da nova escola

Mais de dois mil habitantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, entre alunos, professores e funcionários, participaram, ontem, na Reitoria da Universidade, numa assembleia de escola cujas conclusões foram, esta manhã, apresentadas nas instalações da Faculdade no decorrer de uma conferência de Imprensa.

A principal decisão da reunião-assembleia no propósito de manter a escola em actividade na sua dupla missão escolar e científica, para o que estão a ser desenvolvidos os esforços necessários de forma a garantir que o 2.º semestre de aulas se inicie na data prevista e que a investigação não cesse a sua actividade. Neste último aspecto, os professores presentes na conferência de Imprensa desta manhã revelaram que contam já com diversos apoios de organismos nacionais dispostos a ceder as suas instalações estando, por isso, a ser estudadas as propostas de molde a optar pela que dê menos prejuízos não só aos professores mas também aos seus hospedeiros. Ainda no campo da investigação, revelaram que contam com a solidariedade internacional universitária, tendo já iniciado contactos que permitam a escola, mercê dos apoios que lhe possam ser prestados, recuperar o património que o incêndio destruiu.

O segundo semestre de aulas terá, forçosamente, de decorrer em condições precárias; estão a ser analisadas as possibilidades de instalar a escola num edifício da Avenida 24 de Julho (previsto para albergar o M. E. C.) ou na antiga Faculdade de Medicina de Lisboa, ao campo de Santana, cujas instalações estavam já cedidas à Universidade Nova mas que poderão, nesta emergência, permitir a continuação do ano lectivo aos cerca de três mil alunos da Faculdade de Ciências.

Foi intenção manifestada no decorrer da Assembleia que as aulas recomecem sem grande pulverização dos cursos, isto é, evitando, que funcionem em mais do que um local, ao mesmo tempo que se exige a rapida construção da nova Faculdade, já projectada.

Nesse sentido, um dos professores presentes na Conferência de Imprensa deu conta do interesse que haveria em que o edifício fosse na Ajuda, que ainda falta projectar, dispensado das formalidades burocráticas, à semelhança do que sucedeu com a Escola de Medicina Dentária, que começou a ser construída há menos de um ano e está praticamente concluída. Com efeito, segundo o que foi afirmado, na sexta-feira anterior ao dramático incêndio tinha sido acordado com a Direcção-Geral do Ensino Superior que, até Julho, seria posto a concurso (e as obras começariam ainda este ano) o primeiro bloco da nova Faculdade. Este permitirá dar aulas aos três primeiros anos dos cursos de Matemática, Química e Geologia. Pretende-se, agora, que o segundo bloco (igual ao primeiro) seja construído simultaneamente e que toda a parte restante da nova escola (bloco central e pavilhões de investigação) seja dispensada das formalidades burocráticas de molde a que as soluções encontradas para o funcionamento da escola sejam, de facto, provisórias.

MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO

Estas revelações feitas na conferência de Imprensa assentam no teor da proposta aprovada pela Assembleia de Escola (apenas 1 voto contra e 2 abstenções) e que foi subscrita pelo Conselho Directivo, Conselho Científico, Assembleia de Representantes contando também com o apoio da Comissão de Trabalhadores e da Associação de Estudantes.

Para analisar os acontecimentos recentemente ocorridos na Faculdade de Ciências de Lisboa, mais precisamente no criminoso incêndio que destruiu grande parte das instalações e material daquela escola, realizou-se ontem, à noite, uma reunião inter-associações (R. I. A.) das faculdades de Lisboa, durante a qual foi aprovada uma proposta que encerra, como principais linhas de acção, a convocação para o próximo dia 4 de Abril de uma manifestação «de protesto contra os acontecimentos na Faculdade de Ciências de exigência de punição dos responsáveis, de desmantelamento de todas as organizações terroristas de extrema direita e de solidariedade activa para com a Faculdade de Ciências de Lisboa».

É o seguinte o teor da proposta aprovada, por unanimidade, pelos dirigentes associativos presentes à reunião:

«As Associações de Estudantes das Escolas do Ensino Médio e Superior de Lisboa, reunidas em 20-3-78 para analisar os acontecimentos recentemente ocorridos na Faculdade de Ciências, alvo de um criminoso incêndio que destruiu a grande totalidade das instalações e material, decidiu:

1 — Repudiar e denunciar energicamente o atentado de que foi alvo a Faculdade de Ciências que foi já reivindicado por uma organização fascista, demonstrando uma vez mais a identificação da extrema direita com a destruição do património cultural e científico do país;

2 — Responsabilizar o Governo pela extensão do incêndio, que foi resultado da falta de condições de segurança existentes no edifício da Rua da Escola Politécnica, situação essa que, aliás, idêntica àquela em que se encontram muitas escolas e edifícios públicos no País.

3 — Manifestar a sua completa solidariedade com todos os estudantes, trabalhadores e professores da Faculdade de Ciências, em particular com a sua Associação de Estudantes, comprometendo-se a realizar nas suas escolas todo o trabalho de esclarecimento e mobilização estudantil contra a acção terrorista que se desenvolve no país;

4 — Apelar a todos os estudantes portugueses, ao movimento operário e sindical, aos trabalhadores e à opinião pública em geral para a realização de uma grande manifestação de protesto contra os acontecimentos na Faculdade de Ciências, de exigência de punição dos responsáveis, de desmantelamento de todas as organizações terroristas de extrema direita e de solidariedade activa para com a Faculdade de Ciências de Lisboa. Apelar concretamente para a sua participação na manifestação a realizar em Lisboa no próximo dia 4 de Abril, no sentido de dar corpo a essas exigências;

5 — Lançar um abaixo-assinado a ser distribuído em todos os locais de estudo e trabalho e a ser entregue ao Governo no dia da manifestação;

6 — Editar um comunicado ao Povo Português no sentido da divulgação desta tomada de posição das Associações e de mobilização para a manifestação;

7 — A R. I. A. decide, ainda:

a) Editar um cartaz a convocar a manifestação;

b) Apelar às Associações de Estudantes para que desenvolvam todos os esforços no sentido da divulgação do comunicado em locais de trabalho (fábricas e empresas) e em outros locais de concentração popular;

c) Convocar nova R. I. A. para o dia 30 de Março, às 15 horas, no anexo da Faculdade de Ciências de Lisboa;

d) Contactar a C. G. T. P.-I. N., U. S. L., o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o Sindicato dos Trabalhadores da Jornalistas procurando o seu apoio a esta posição;

e) Contactar com a Associação Académica de Coimbra e com a R. I. A. do Porto;

f) Convocar o Encontro Nacional das Direcções Associativas (E. N. D. A.) para o dia Abril».

O texto desta proposta foi aprovado pelos dirigentes associativos do Instituto Superior de Agronomia, Escola de Artes Plásticas, Instituto Superior de Economia, Instituto Superior Técnico; Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian; Instituto Superior de Serviços Sociais; Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras, Faculdade de Medicina; Instituto Superior de Educação Física e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS TOMAM POSIÇÃO

Entretanto, chegaram à nossa Redacção inúmeros comunicados de organizações políticas sobre o dramático incêndio da Faculdade de Ciências.

A S. I. P. ao P. C. P. afirma que «o atentado contra a Faculdade de Ciências de Lisboa representa um novo passo na escalada terrorista contra a democracia portuguesa e um prolongamento da violência igualmente terrorista e destruidora desencadeada nas escolas pelo grupelho nazis afecto ao C. S. e ao M. E. R. N.».

O P. C. P. refere, também, o estado deplorável em que se encontravam as instalações, considerando que «devem ser prestadas contas à opinião pública do destino que levaram as advertências quanto à insegurança das instalações na Faculdade de Ciências e das razões que terão motivado o embargo sistemático da construção de uma nova Faculdade».

Referindo que «os muros da Faculdade agora destruída constituíram um dos maiores focos de resistência antifascista do movimento estudantil», a U. D. P. atribui pesadas responsabilidades ao Governo, terminando por apelar a «um forte movimento de luta contra o C. D. S. no Governo, que obrigue a renunciar à direita, as pides a irem para a prisão, os fascistas a sofrerem um castigo exemplar por todo o acto que cometem contra o povo» e «25 de Abril».

O M. D. P. classifica de «odioso crime» o incêndio da Faculdade e «afronta o povo português para os seus objectivos mais profundos que consistem na criação dum clima de medo e de coacção que leve simultaneamente a uma paralização do movimento de massas e de protestos para a supressão das liberdades e eventual criação de mecanismos e estruturas repressivas. Este receio é tanto mais fundamentado quanto se continua a assistir a uma esbanjosa indulgência que tem muito de conivência com criminosos terroristas e bombistas confessos num atropelo a todas as normas de segurança dos cidadãos e da defesa da sociedade democrática que as autoridades dizem pretender e querer defender».

Entretanto, numa reunião da comissão nacional da F. E. U. foi aprovada uma moção que a dado passo se acusa mais este acto terrorista e exige das autoridades que, de forma inequívoca, tomem as medidas necessárias para pôr cobro ao terrorismo da extrema direita e para que os responsáveis sejam identificados e condenados de maneira exemplar».

Também a U. E. C. tomou uma posição sobre o assunto, divulgando um comunicado que termina exigindo «medidas rápidas e concretas que permitam garantir o direito ao ensino e ao trabalho dos estudantes, professores e trabalhadores de Ciências, criando condições para o prosseguimento do ano lectivo».